

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**

**CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO** **TECNOLÓGICA**

**CELSO SUCKOW DA FONSECA**

**ANEXO I**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2019**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 23063.004060/2018-12**

**PRESTAÇÃO DE SERVIÇO NÃO CONTÍNUO**

1. **DO OBJETO**
   1. **Contratação de serviços para readequação do sistema elétrico do DTINF** visando atender às necessidades **do(a) DTINF do Campus Maracanã do CEFET/RJ**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **ITEM** | **ESPECIFICAÇÃO** | **UND** | **QTD** | **VALOR**  **UNITÁRIO (R$)** | **VALOR**  **TOTAL (R$)** |
| 1 | Serviços para readequação do sistema elétrico do DTINF responsável por alimentar o Data CENTER | SERV | 1 | R$ 213.479,98 | R$ 213.479,98 |

1. **JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO**
   1. Necessidade da contratação dos serviços: Readequação da infraestrutura elétrica do Data Center do DTINF, afim de garantir um sistema elétrico capaz de suportar e atender a demanda do consumo elétrico existente.
   2. Os quantitativos dos serviços a serem demandados: Descritos no termo de Referência
2. **DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS**
   1. Os serviços a serem contratados classificam-se como comuns, nos termos do parágrafo único do art. 1º da Lei 10.520, de 2002.
   2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto n° 2.271, de 1997, constituindo-se em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal do órgão licitante, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos.
   3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.
3. **FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**
   1. Os serviços deverão ser executados conforme discriminado abaixo:

# Objetivo

Este relatório tem como objetivo a descrição dos serviços de engenharia para energizar os equipamentos do *data center* e do Sistema Eletrônico de Informação (SEI) no CEFET/RJ – Unidade Maracanã.

# Introdução

A CONTRATADA deverá apresentar ART/RRT, de acordo com o Conselho de seu responsável técnico, com a devida quitação.

A CONTRATADA deverá providenciar placa na instituição até 15 dias a partir da assinatura do contrato. A placa deverá seguir o modelo conforme Manual de Identidade Visual fornecido pelo Governo Federal.

# Documentos de Referência

Os documentos abaixo são base no trabalho:

* Plantas do DTINF
* Tabela dos circuitos
* Detalhamento dos serviços elétricos

# Normas e especificações

## ABNT

Os projetos e a execução dos serviços deverão estar em estrita observância às normas técnicas da ABNT, bem como Leis e regulamentos dos Órgãos Públicos Federais Estaduais, Municipais, e de concessionárias, bem como do Corpo de Bombeiros. Deverão ainda ser tomados como referência os catálogos dos equipamentos especificados.

## Segurança do Trabalho

Todas as atividades desenvolvidas no canteiro deverão seguir as normas de segurança do trabalho em vigor, além de eventuais exigências constantes de acordos coletivos de trabalho.

## Produtos Similares

A aplicação de produtos similares aos especificados poderá ser aceita pela Fiscalização desde que acompanhada por laudo técnico expedido por instituto de pesquisa tecnológico de reconhecida idoneidade

# Serviços Preliminares

* A CONTRATADA deverá preparar o local onde executará os serviços e montar um canteiro, que deverá oferecer condições adequadas de proteção contra furtos, roubos e incêndio, e suas instalações, maquinários e equipamentos deverão propiciar condições adequadas de proteção e segurança aos trabalhadores e a terceiros, de acordo com a legislação específica em vigor.
* A área do serviço deverá estar totalmente isolada da área do Centro Técnico. Deverão ser tomadas precauções especiais para a proteção dos usuários do Centro Técnico.
* Todos os elementos componentes do canteiro de serviço deverão ser mantidos em permanente estado de limpeza, higiene e conservação.
* Os entulhos e materiais provenientes da limpeza do local da serviços serão removidos sistematicamente, de forma a manter o espaço limpo e desimpedido.
* Os custos referentes a instalação de canteiro, será objeto de preços unitários, de acordo com a planilha orçamentária.
* Todas as miudezas e dispositivos de fixação, etc., não mencionados no memorial de quantidades deverão ter seus custos computados/ diluídos nos itens correspondentes, uma vez que não serão objeto de medição específica
* O valor da transferência dos circuitos dos quadros antigos para os quadros novos deverá ser incluído nos preços dos quadros novos.
* A CONTRATADA deverá desenvolver e apresentar o diagrama unifilar com todas as ligações realizadas desde a subestação até o Departamento de Tecnologia da Informação, juntamente com os diagramas dos quadros de BT.
* Os materiais retirados deverão ser oferecidos ao CEFET, e somente poderão ser descartados com expressa autorização do Fiscal.

# Documentação de como construído (“*As Built*”)

Após a conclusão dos serviços e durante o período de testes e observações, a CONTRATADA deverá apresentar os desenhos de execução com toda as informações resultantes de modificações aprovadas pela fiscalização durante os trabalhos de construção, de modo a permitir a elaboração de um conjunto de documentos “como construído” (*as built*). A estes documentos deverão ser anexados:

1. Os catálogos de fabricação e especificações de manutenção de todos os equipamentos utilizados na construção.
2. Confecção de planta “as built” do projeto executivo (Exigência da NR-10).
3. Confecção de planta “*as built*” do diagrama unifilar elétrico
4. Identificação dos quadros elétricos e dos circuitos alimentados por cada disjuntor.
5. As plantas deverão ser entregues em formato digital e uma cópia em papel.

# Descrição das atividades

## Subestação Principal

Na subestação principal deve-se realizar as seguintes atividades:

* Fornecimento e Instalação do disjuntor de 850A no painel existente na subestação principal.
* Fornecimento e Instalação de 110m de eletrocalha para o novo leito de cabos conectando a Subestação Principal até o DTINF. A cada 2 metros será instalado suporte para fixação da eletrocalha, conforme Figura 6, Figura 7 e Figura 8.
* Fornecimento e instalação de 700m de cabo de cobre, 240 mm2, isolação XLPE/1kV, classe 2, tempera mole, para interligação do painel de BT da subestação principal até o painel de BT, sendo 3x2x240 mm2 nas fases e cabo de cobre 1x240 mm2 para o cabo de neutro (Interligação SE principal para o painel de BT no DTINF).
* Fornecimento e instalação de 14 terminais mecânico para cabo 240 mm2 com parafusos, para fixação dos cabos dos painéis.
* Identificação do disjuntor de 850A e dos cabos que vão para o DTINF.

## DTINF

No DTINF deve-se realizar as seguintes atividades:

* Fornecimento e instalação do sistema de aterramento, este deverá ser realizado através de quatro hastes de cobre (5/8” x 2,40 m) a ser fixa no lado de fora do DTINF, em forma retangular espaçadas de no mínimo 2m, interligada através de cordoalha de 25 mm2. Considerar o fornecimento dos conectores split-bolt, para conectar a cordoalha a haste e as caixas de aterramento. A resistência
* de aterramento e esta estar dentro dos padrões definidos pela NBR 5410.
* Fornecimento e instalação de cabo de cobre 16 mm2, isolação XLPE/1kV, classe 2, tempera mole, para interligação do barramento de terra do QDL1 com os demais barramentos de terra dos outros quadros.
* Fornecimento e instalação de 8 terminais mecânico para cabo 16 mm2 com parafusos, para fixação dos cabos dos painéis.
* Fornecimento e instalação do novo painel de BT, conforme indicado na Tabela 1. O painel será instalado no 3º piso (vide área do arquivo/depósito da planta em anexo) e deve atender as normas da IEC61439, com proteção IP54.
* Fornecimento e instalação de 5 quadros gerais de baixa tensão (QGBT) à serem instalados no data center sendo 3 quadros instalados no data center e 2 quadros instalados na sala dos servidores. Todos os quadros devem vir com barramento de neutro e terra instalados. A especificação desses quadros está na Tabela 2, Tabela 3 e Tabela 4 em anexo. Nos quadros de 200A será utilizado eletroduto PVC Soldável e *Sealtubo* de 2 1/2” enquanto que para os outros quadros será utilizado eletroduto de PVC Soldável e *Sealtubo* de 2”.
* Fornecimento e instalação de cabo de cobre 95 mm2, isolação XLPE/1kV, classe 2, tempera mole, para interligação do disjuntor de 200A do painel de BT até os quadros QDL1, QDL 2 e QDL3, sendo 3x95mm2 nas fases e 1x50mm2 para os circuitos de neutro.
* Fornecimento e instalação de 18 terminais mecânico para cabo 95 mm2 com parafusos, para fixação dos cabos dos painéis.
* Fornecimento e instalação de cabo de cobre 50 mm2, isolação XLPE/1kV, classe 2, tempera mole, para interligação do disjuntor de 150A do painel de BT até os quadros QDL4, sendo 3x50mm2 nas fases e 1x25mm2 para os circuitos de neutro.
* Fornecimento e instalação de 12 terminais mecânico para cabo 50 mm2 com parafusos, para fixação dos cabos dos painéis.
* Fornecimento e instalação de cabo de cobre 25 mm2, isolação XLPE/1kV, classe 2, tempera mole, para interligação do disjuntor de 100A do painel de BT até os quadros QDL3, sendo 3x25mm2 nas fases e 1x16mm2 para os circuitos de neutro.
* Fornecimento e instalação de 10 terminais mecânico para cabo 25 mm2 com parafusos, para fixação dos cabos dos painéis.
* Fornecimento e instalação de eletrodutos na cor cinza, com diâmetro de 2 ½”, para distribuição dos circuitos elétricos do quadro geral de alimentação, fixados com abraçadeiras tipo copo em PVC na cor cinza, espaçadas a cada 1,5 metros. Nas derivações serão utilizadas conduletes tipo X com unidut.
* Fornecimento e instalação de eletrodutos na cor cinza, com diâmetro de 2”, para distribuição dos circuitos elétricos do quadro geral de alimentação, fixados com abraçadeiras tipo copo em PVC na cor cinza, espaçadas a cada 1,5 metros. Nas derivações serão utilizadas conduletes tipo X com unidut.
* Fornecimento e instalação de eletrodutos na cor cinza, com diâmetro de ¾” , para distribuição dos circuitos elétricos de ar condicionado e aterramento, fixados com abraçadeiras tipo copo em PVC na cor cinza, espaçadas a cada 1,5 metros. Nas derivações serão utilizadas conduletes tipo X com unidut.
* Transferência dos circuitos antigos para o QDL novo.
* Fornecimento e instalação de eletrocalha perfurada para interligar as eletrocalhas do segundo piso, criando uma rede em anel.
* Instalação dos novos equipamentos do SEI. Serão instalados entre 6 e 12 *no breaks* de 10kVA na sala do servidores e do *data center*; todas essas ligações serão bifásicas com cabo de 10mm2 para fase, neutro e terra. A disposição e a quantidade de equipamentos instalados serão determinados pelos funcionários do Departamento de Tecnologia de Informação do CEFET.
* Identificação com anilhas dos cabos utilizados no data center. A visualização do cabo de energia com sua respectiva identificação deve constar nos diagramas entregues ao CEFET ao término das atividades.

## Tabelas

Tabela 1: Circuitos do Painel Novo de BT

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| Item | Quantidade | Descrição | Alimentação (F,N e T) |
| 1 (geral) | 1 | Disjuntor caixa moldada Tripolar 850A, 40kA/380Vca | 2\*3F de 240mm2 + 1N de 240 mm2 |
| 2 | 3 | Disjuntor caixa moldada Tripolar 200A, 10kA/380Vca | - |
| 3 | 1 | Disjuntor caixa moldada Tripolar 150A, 10kA/380Vca | - |
| 4 | 1 | Disjuntor caixa moldada Tripolar 100A, 10kA/380Vca | - |

Tabela 2: QGBT de 200A (3 Quadros)

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| Item | Quantidade | Descrição | Alimentação (F,N e T) |
| 1 (geral) | 1 | Disjuntor caixa moldada Tripolar 200A, 10kA/380Vca | 3F de 95mm2 + 1N de 50mm2 + 1T de 16mm2 |
| 2 | 6 | Disjuntor bipolar 50A, 10kA/380Vca | - |

Tabela 3: QGBT de 150A

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| Item | Quantidade | Descrição | Alimentação (F,N e T) |
| 1 (geral) | 1 | Disjuntor caixa moldada Tripolar 150A, 10kA/380Vca | 3F de 50mm2 + 1N de 25mm2 + 1T de 16mm2 |
| 2 | 4 | Disjuntor tripolar 32A, 10kA/380Vca |  |
| 3 | 1 | Disjuntor bipolar 25A, 10kA/380Vca |  |

Tabela 4: QGBT 100A

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| Item | Quantidade | Descrição | Alimentação (F,N e T) |
| 1 | 1 | Disjuntor caixa moldada Tripolar 100A, 10kA/380Vca | 3F de 25mm2 + 1N de 16mm2 + 1T de 16mm2 |
| 2 | 2 | Disjuntor bipolar 20A, 10kA/380Vca |  |

## Plantas

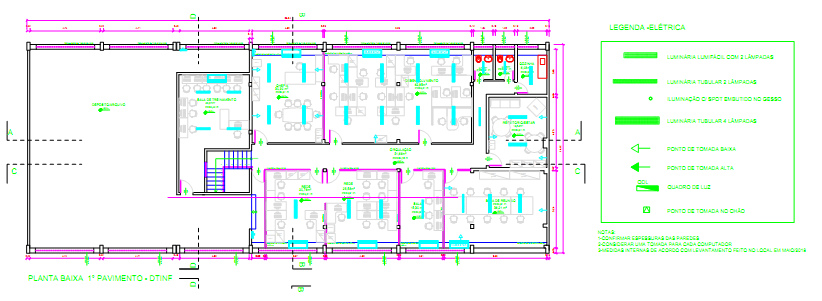


Figura 1: DTINF segundo piso

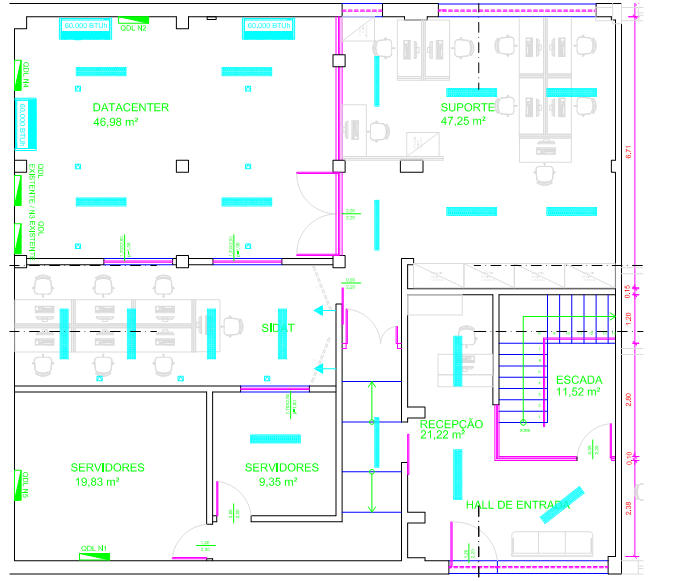


Figura 2: DTINF primeiro piso

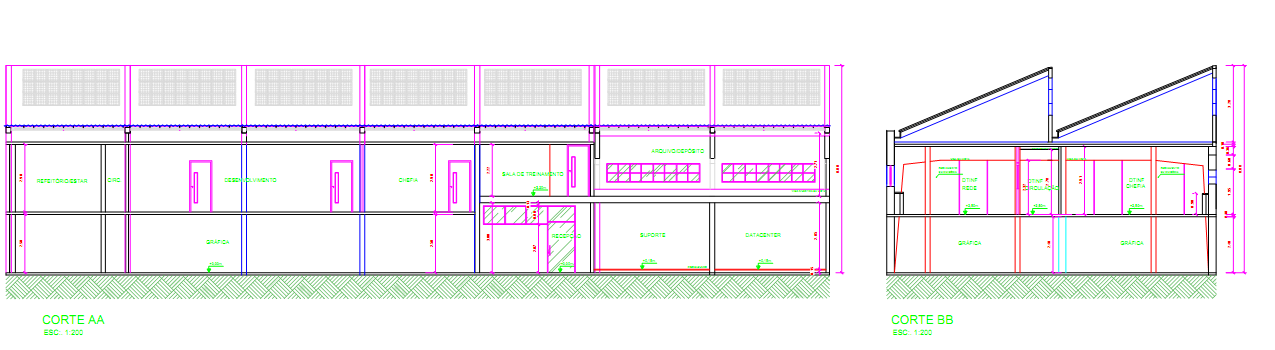


Figura 3: Corte AA – BB

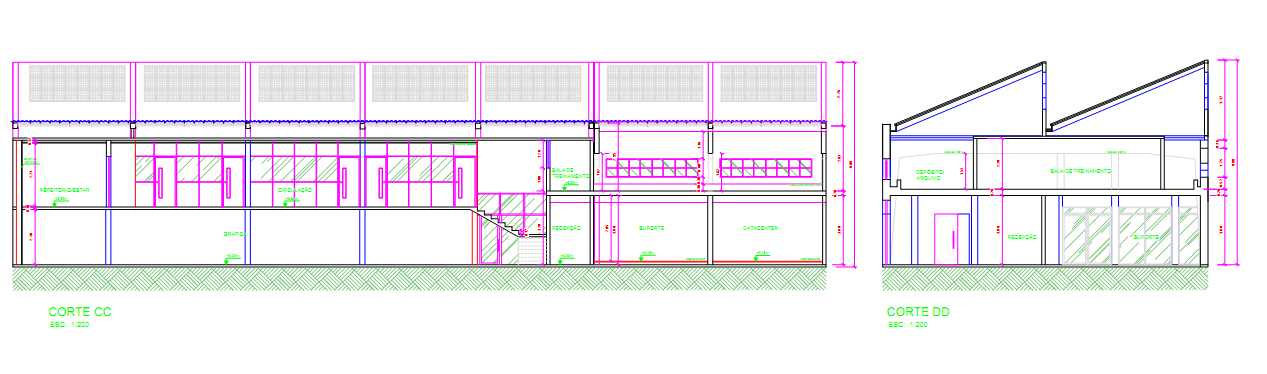


Figura 4: Corte CC-DD

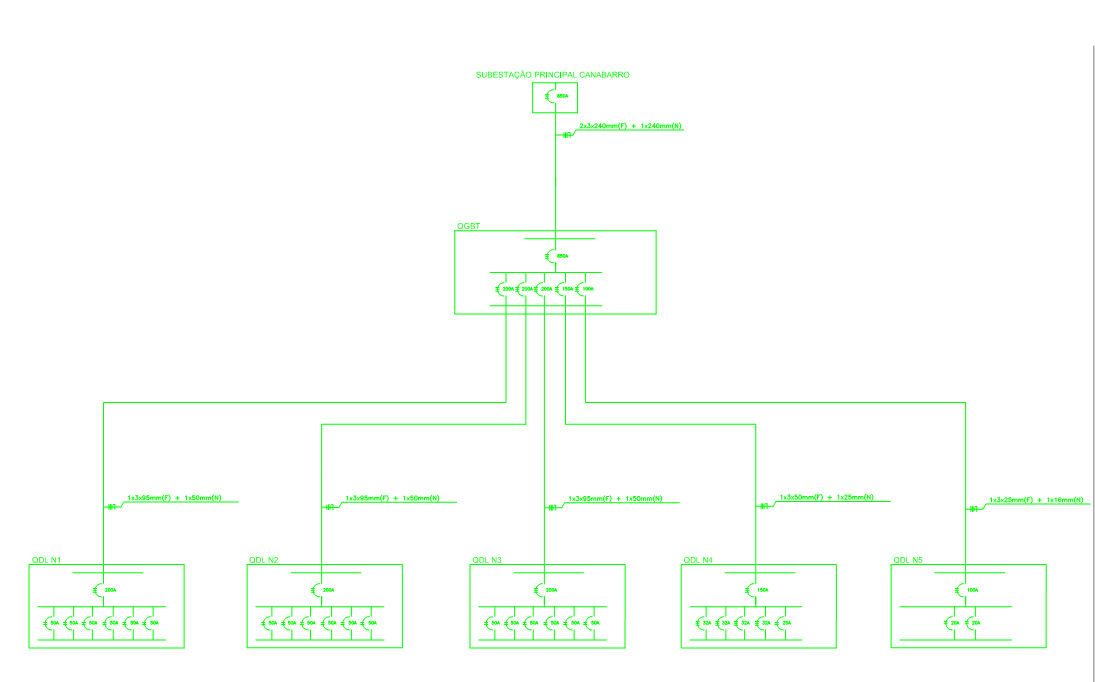


Figura 5: Diagrama Unifilar Data Center

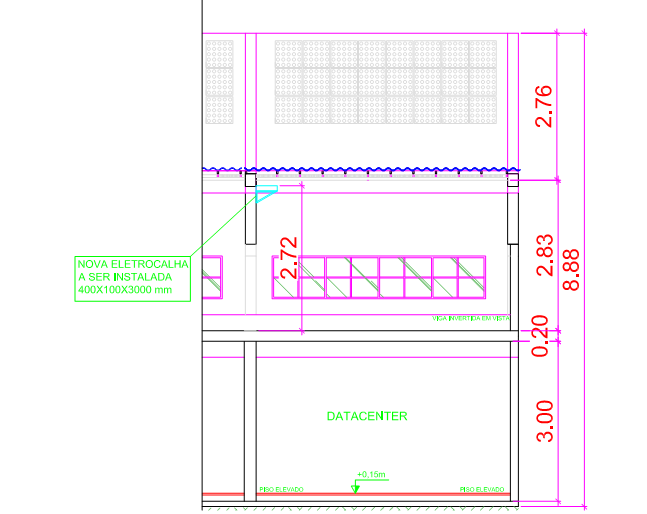


Figura 6: Eletrocalha Data Center Vista Frontal

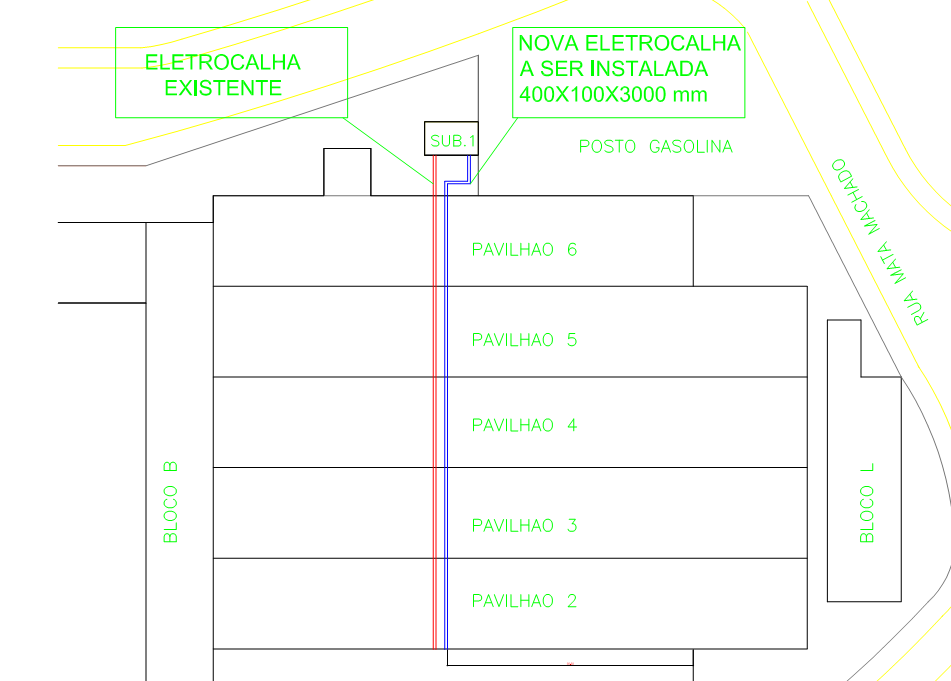


Figura 7: Eletrocalha Data Center Vista Superior

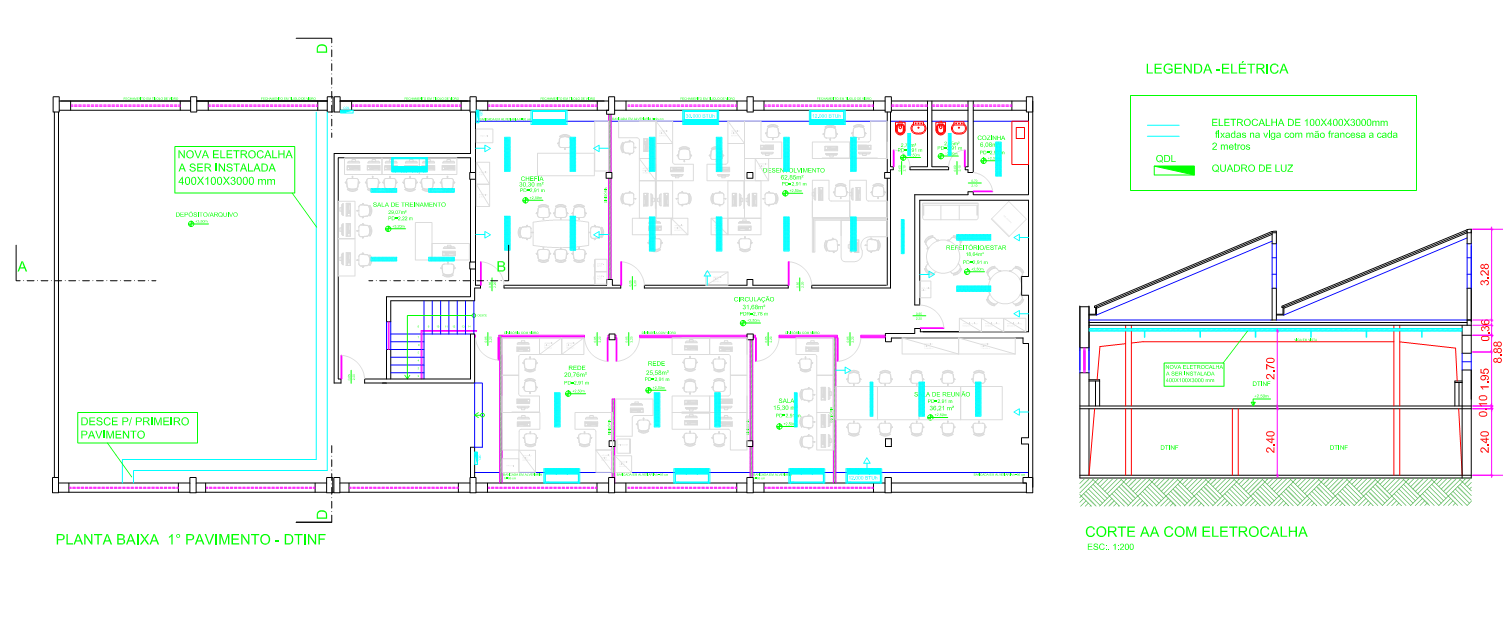


Figura 8: Eletrocalha Data Center Vista Lateral/Superior

# Especificações Adicionais

## Eletrodutos

Os eletrodutos deverão ser de PVC Rígido, Soldável, Antichama, na cor preta, deveram estar de acordo com a NBR 15465 (Sistemas de Eletrodutos Plásticos para Instalações Elétricas de Baixa Tensão – Requisitos de desempenho), NBR 5410 (Instalações Elétricas de Baixa Tensão).

Todos os eletrodutos serão aparentes. O duto corrugado deverá ser em PEAD (Polietileno de Alta Densidade), o fabricante homologado pela Concessionária Local e atender a norma NBR15715.

## Cabos de BT

Todos os fios e cabos de isolamento de PVC/XLPE deverão ser Anti-chama e estar de acordo com as normas NBR NM 280, NBR NM 247-3 e NBR NM IEC 60332-3-24.

Os cabos de cobre nu deverão estar de acordo com as normas NBR 5111 e NBR 6524. Todos os fios e cabos, a serem fornecidos, deverão está certificados pelo INMETRO.

## Qualidade e Garantia

A CONTRATADA responderá pelo funcionamento e qualidade dos equipamentos e materiais empregados, assim como pela estrutura das atividades a realizar como um todo, pelo prazo de 05 (cinco) anos, assim como dispõe o Código Civil Brasileiro, devendo atender as reclamações do CEFET/RJ, com presteza e eficiência sob pena de imputação por dano ao bem público.

A CONTRATADA deverá apresentar ao CEFET/RJ todo o material a ser empregado na execução dos serviços, a fim de que se ateste a qualidade do mesmo, que deve ser a esperada para o tipo de atividade, com durabilidade, resistência e adaptação satisfatória. A CONTRATADA fica obrigada a utilizar material que atenda às especificações técnicas aplicáveis, não utilizando material de qualidade ruim, baixa resistência ou que apresente falhas ou danificações sob pena de responsabilidade.

## Manutenção preventiva

A CONTRATADA deverá apresentar ao CEFET/RJ o cronograma de manutenção preventiva para todos os equipamentos instalados cujos fabricantes solicitem relatórios comprovando a realização dos mesmos para fins de garantia. Aqueles que não tiverem tais exigências dos fabricantes deverão estar de acordo com as respectivas normas que os padronizam.

## Subcontratação

A CONTRATADA, na execução do contrato, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, poderá subcontratar partes das atividades, serviço ou fornecimento, até o limite admitido, em cada caso, pela administração.

# Limpeza

Serão realizados testes para verificação de funcionamento de todos os aparelhos e equipamentos. As atividades serão concluídas completamente após a coleta e retirada do entulho e limpeza dos ambientes.

# Considerações finais

Todo o material, ferramentas, equipamentos e mão-de-obra necessários a execução dos serviços, deverão ser fornecidos pela firma CONTRATADA, a menos que esteja escrito o contrário no caderno de especificações.

Todos os materiais e mão-de-obra a serem empregados deverão ser de 1ª qualidade, acabamento esmerado e satisfazer ao Caderno de Especificações, devendo ser submetido à prévia Fiscalização do CEFET-RJ (DIARE).

Durante a execução dos serviços, a firma CONTRATADA deverá manter as áreas adjacentes limpas e desimpedidas para a circulação. Todo o entulho, advindo das atividades realizadas, será retirado pela firma CONTRATADA, antes do término dos serviços, pois a mesma somente será considerada como entregue, quando perfeitamente limpa e em condições de uso imediato.

O processo de execução dos serviços ficará a critério e responsabilidade da firma CONTRATADA (a menos que haja especificação própria por escrito), devendo o mesmo zelar pela obtenção da melhor qualidade do produto final, além das normas técnicas vigentes.

A CONTRATADA deverá se submeter às exigências da Fiscalização da Divisão de Arquitetura e Engenharia Civil da Prefeitura do CEFET-RJ, cujas decisões, instruções e interpretações serão imperativas, ficando sob a responsabilidade e critério da mesma o aceite ou não dos serviços, ou parte deles. De acordo com a qualidade, correção, pontualidade e/ou outros critérios cabíveis, os serviços poderão ser interrompidos durante a sua execução e/ou condenados no final.

Havendo necessidade de realização dos serviços nos finais de semana e/ou feriados, a Concessionária deverá fazer a solicitação por escrito, com, no mínimo, 48 horas de antecedência, relacionando os nomes de todos os funcionários que permanecerão nos referidos dias no Campus e respectivos documentos de identidade.

Eventuais modificações nos Projetos e Especificações, só serão admitidas quando aprovadas pela Fiscalização do CEFET/RJ.

Deverão ser rigorosamente observadas durante a execução dos serviços, no que for aplicável, os seguintes documentos: Normas Brasileiras e Especificações Técnicas, regulamentadas pela ABNT.- Código de Obras e Leis Municipais cabíveis - Regulamentos, Especificações, Recomendações, Normas das Companhias Concessionárias de Serviços de Água e Esgoto, Luz e Força, Telefones e Corpo de Bombeiros

A CONTRATADA será responsável pela construção de seu barracão e devidas instalações provisórias em local determinado pelo CEFET.

O CEFET-RJ é uma instituição de ensino e suas atividades acadêmicas não deverão ser molestadas durante as atividades de quaisquer serviços. Por esse motivo pede-se a colaboração dos contratados no sentido de, por exemplos, evitar barulhos desnecessários, aguardar certos locais serem liberados para início do serviço, zelar pela segurança dos transeuntes, etc.

No demais, a empresa deverá consultar os termos do Edital da Tomada de Preços e atender também às suas exigências.

O serviço deverá ser entregue em perfeito estado de limpeza e conservação, apresentado funcionamento ideal, para todas as instalações, equipamentos e aparelhos pertinentes à mesma e com todas as ligações às redes de serviços públicos definitivas.

Todo entulho proveniente dos serviços, sobra de materiais, as instalações e equipamentos utilizados na execução dos trabalhos deverão ser retirados do terreno.

Os serviços deverão ser executados de acordo com o anteprojeto de arquitetura apresentado, em conformidade com as especificações deste memorial e tendo igualmente como referência a Planilha de Quantitativos e Custos.

Os materiais empregados deverão obedecer aos padrões de qualidade das normas brasileiras e às especificações técnicas dos projetos. Qualquer modificação ou substituição posterior nos projetos ou especificações deverá receber aprovação prévia da Divisão de Arquitetura e Engenharia Civil do CEFET/RJ.

# Sustentabilidade

A execução dos serviços pela CONTRATADA deverá visar à economia de energia e de água, utilizando materiais biodegradáveis sempre que houver disponibilidade no mercado.

Os materiais a serem utilizados na execução do serviço de reforma deverão prioritariamente atender às exigências das normas da ABNT, devendo possuir, nos casos específicos, selos de certificação de qualidade e de responsabilidade ambiental, bem como sua aplicação deverá ser rigorosamente dentro dos parâmetros de qualidade de sistemas construtivos relativos à boa técnica, economia e ecologia.

O uso de madeira deverá apresentar a origem e procedência de acordo com autorização do IBAMA.

Todos os serviços especificados deverão ser executados em conformidade com as normas aprovadas pela ABNT ou, na sua falta, pelas normas indicadas pela boa técnica.

A firma adjudicada é responsável pelo fornecimento da mão-de-obra especializada, ferramentas, equipamentos e materiais necessários à execução do serviço, estando sujeita a aceitação dos mesmos pela fiscalização.

Ressalta-se que os profissionais deverão estar habilitados para a realização dos serviços, receberem equipamentos de proteção coletiva (EPC) e individual (EPI) adequados e que a empresa CONTRATADA assumirá integral responsabilidade, técnica, jurídica e trabalhista, pelos profissionais alocados. A Contratante poderá interromper a qualquer tempo a execução dos serviços sem ônus para a mesma se constatar a falta de tais equipamentos. Não será permitido que qualquer operário exerça suas funções, dentro do local de trabalho, sem os seus equipamentos de proteção correspondentes.

Este caderno de especificações se complementa com planilha de quantitativos e custos, cronograma físico-financeiro e desenhos de projeto.

# Custos

O custo estimado para a execução dos serviços é de R$ 213.479,98 (duzentos e treze mil quatrocentos e setenta e nove e noventa e oito centavos), calculado prioritariamente com base no Custo de Composição do SINAPI – Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (RJ), Agosto de 2018 e na omissão deste Sistema, para alguns serviços foram utilizados estimativas de outros institutos, tais como: CPOS, ORSE, SIURB e AGETOP CIVIL.

1. **METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**
   1. Os serviços deverão ser executados com base nos parâmetros estabelecidos neste Termo de Referência, os quais serão devidamente conferidos e registrados pelo(a) servidor(a) responsável pela fiscalização da prestação dos serviços.
2. **REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO** 
   1. Os serviços possuem natureza não continuada, uma vez que impõem aos contratados o dever de realizar a prestação de um serviço específico em um período predeterminado, podendo ser prorrogado, desde que justificadamente, pelo prazo necessário à conclusão do objeto, observadas as hipóteses previstas no § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993”.
   2. A empresa contratada deverá fornecer todos os materiais e/ou equipamentos necessários à execução dos serviços, bem como disponibilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor.
   3. Os serviços deverão ser executados conforme o disposto neste Termo de Referência.
3. **MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO E CRITÉRIOS DE AFERIÇÃO E PAGAMENTO** 
   1. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por servidor(es) do CEFET/RJ especialmente designado(s) , na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993, e do art. 6º do Decreto nº 2.271, de 1997.
   2. Durante o período de vigência do contrato, a contratada deverá:
      1. Indicar preposto aceito pela Administração, para representá-la sempre que for necessário;
      2. Fornecer meios de comunicação, tais como: e-mails, telefones fixos e celulares, para que a contratante entre em contato com a empresa contratada sempre que necessário.
   3. A aferição dos serviços prestados observará os seguintes aspectos mencionados no art. 47 da IN SEGES/MPnº 05/2017:
      1. Os resultados alcançados em relação ao contratado, com a verificação dos prazos de execução e da qualidade demandada;
      2. Os recursos humanos empregados em função da quantidade e da formação profissional exigidas, quando for o caso;
      3. A qualidade e quantidade dos recursos materiais utilizados;
      4. A adequação dos serviços prestados à rotina de execução estabelecida;
      5. O cumprimento das demais obrigações decorrentes do contrato; e
      6. A satisfação do público usuário.
   4. A verificação da adequação da prestação dos serviços será realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.
   5. As demais disposições sobre controle e fiscalização da execução contratual estão previstas no tópico “Controle e Fiscalização da Execução”deste Termo de Referência.
   6. O prazo para pagamento à CONTRATADA e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Edital, devendo ser observado o cronograma físico-financeiro, anexo do Edital.
4. **MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS**
   1. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em qualidade e quantidade suficiente para o perfeito cumprimento do objeto, promovendo sua substituição quando for o caso, conforme a sua metodologia de trabalho, e descrições apresentadas neste Termo de Referência.
5. **INÍCIO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS** 
   1. A execução dos serviços será iniciada no **prazo máximo de trinta (30) dias** a contar da data de assinatura do Termo de Contrato, mediante agendamento prévio junto a **Prefeitura do Campus Maracanã** através dos telefones (21) 2566-3180 e (21) 2566-3187 e seguirá o cronograma físico-financeiro em anexo.
   2. A conclusão dos serviços deverá se dar no **prazo máximo** **de**  **90 (noventa) dias** a contar do início de sua execução.
6. **DA VISTORIA**
   1. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 08:00 horas às 15:00 horas, devendo o agendamento ser efetuado previamente pelo(s) telefone(s) (21)2566-3187 ou (21) 2566-3180, podendo sua realização ser comprovada por:
      1. Atestado de vistoria assinado pelo servidor responsável, conforme modelo anexo ao Edital, caso o licitante opte por realizá-la.
   2. Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá emitir declaração de que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, que assume total responsabilidade por este fato e que não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejam avenças técnicas ou financeiras com o **CEFET/RJ**, conforme modelo anexo ao Edital.
   3. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.
   4. Para a vistoria, o licitante, ou o seu representante, deverá estar devidamente identificado.
7. **DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**
   1. **Registro ou inscrição, no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU, da empresa licitante e de seu(s) responsável(is) técnico(s), da região a que estiverem vinculados.**
   2. No caso de a empresa licitante ou o responsável técnico não serem registrados ou inscritos no CREA ou CAU do Estado do Rio de Janeiro, deverão ser providenciados os respectivos vistos deste órgão regional por ocasião da assinatura do contrato.
   3. Comprovação da capacitação técnico-profissional, mediante apresentação de Certidão de Acervo Técnico - CAT, expedida pelo CREA ou CAU da região pertinente, nos termos da legislação aplicável, em nome do(s) responsável(is) técnico(s) e/ou membros da equipe técnica que participarão das atividades, que demonstre a Anotação de Responsabilidade Técnica – ART ou o Registro de Responsabilidade Técnica - RRT, relativo à execução dos serviços que compõem as parcelas de maior relevância técnica e valor significativo da contratação, a saber para Engenheiro Eletricista: Serviços em painéis de media tensão 13,8KV, Instalação de painéis de baixa tensão com cabos de 240mm2.
   4. Os responsáveis técnicos e/ou membros da equipe técnica acima elencados deverão pertencer ao quadro permanente do licitante, na data prevista para entrega da proposta, entendendo-se como tal, para fins deste Edital, o sócio que comprove seu vínculo por intermédio de contrato/estatuto social; o administrador ou o diretor; o empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social; e o prestador de serviços com contrato escrito firmado com o licitante, ou com declaração de compromisso de vinculação futura, caso o licitante se sagre vencedor do certame.
   5. No decorrer da execução das atividades, os profissionais de que trata este subitem poderão ser substituídos, nos termos do artigo 30, §10, da Lei n° 8.666, de 1993, por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que a substituição seja aprovada pela Administração.
8. **OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**
   1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
   2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
   3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;
   4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
   5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP nº 05/2017.
   6. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
9. **OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**
   1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;
   2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, **no prazo fixado pelo fiscal do contrato**, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
   3. Manter o empregado nos horários predeterminados pela Administração;
   4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;
   5. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
   6. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7° do Decreto n° 7.203, de 2010;
   7. Apresentar os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;
   8. Apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a execução do serviço;
   9. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Contratante;
   10. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;
   11. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;
   12. Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;
   13. Atender as solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução dos serviços, conforme descrito neste Termo de Referência;
   14. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
   15. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
   16. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
   17. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.
   18. Indicar preposto aceito pela Administração, para representá-la sempre que for necessário;
   19. A Contratada deverá manter as mesmas condições habilitatórias durante toda a execução do objeto, as quais são de natureza indispensável para a emissão de pagamentos e aditivos de qualquer natureza;
   20. Comunicar, por escrito, imediatamente, ao Fiscal do contrato, a impossibilidade de execução de qualquer obrigação contratual, para a adoção das providências cabíveis;
   21. Apresentar a nota fiscal/fatura contendo o mesmo CNPJ do empenho para efeito de pagamento;
   22. Cumprir com todas as demais cláusulas estabelecidas nesse instrumento.
   23. A contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas compras/serviços, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, conforme § 1º do Art. 65 da Lei 8.666/93.
10. **DA SUBCONTRATAÇÃO**
    1. É permitida a subcontratação parcial do objeto entre os limites mínimo e máximo de 0% e 50%, respectivamente, do valor total do contrato, nas seguintes condições:
       1. É vedada a sub-rogação completa ou da parcela principal da obrigação
    2. As microempresas e/ou empresas de pequeno porte a serem subcontratadas serão indicadas e qualificadas pela licitante melhor classificada juntamente com a descrição dos bens e/ou serviços a serem por elas fornecidos e seus respectivos valores, no caso da hipótese prevista no artigo 48, II, da LC 123/2006.
    3. São obrigações adicionais da contratada, em razão da subcontratação:
       1. Apresentar a documentação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte subcontratadas, sob pena de rescisão, aplicando-se o prazo para regularização previsto no § 1º do art. 4º do Decreto nº 8.538, de 2015;
       2. Substituir a subcontratada, no prazo máximo de trinta dias, na hipótese de extinção da subcontratação, mantendo o percentual originalmente subcontratado até a sua execução total, notificando o órgão ou entidade contratante, sob pena de rescisão, sem prejuízo das sanções cabíveis, ou a demonstrar a inviabilidade da substituição, hipótese em que ficará responsável pela execução da parcela originalmente subcontratada;
    4. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, bem como pela padronização, pela compatibilidade, pelo gerenciamento centralizado e pela qualidade da subcontratação, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.
    5. Não será aplicável a exigência de subcontratação quando a licitante for qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte.
11. **ALTERAÇÃO SUBJETIVA**
    1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.
12. **CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO**
    1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993, e do art. 6º do Decreto nº 2.271, de 1997.
    2. O representante da Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.
    3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.
    4. A execução dos contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos aspectos mencionados no art. 47 e no ANEXO V, item 2.6, i, ambos da IN nº SEGES/MP 05/2017.
    5. A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto e observará o disposto no subitem anterior para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento, sempre que a CONTRATADA:

a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

* 1. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.
  2. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.
     1. O preposto deverá apor assinatura no documento, tomando ciência da avaliação realizada.
  3. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.
  4. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.
  5. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.
  6. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.
  7. O fiscal técnico, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.
  8. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da CONTRATADA que contenha sua relação detalhada, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.
  9. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.
  10. O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993.
  11. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

1. **DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO (RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO)** 
   1. Os serviços serão recebidos provisoriamente no prazo de **15 (quinze) dias**, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser elaborado relatório circunstanciado, contendo o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato e demais documentos que julgarem necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.
   2. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.
   3. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de **15 (quinze) dias**, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço executado e materiais empregados, com a consequente aceitação mediante termo circunstanciado.
      1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
      2. Para efeito de recebimento provisório, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.
   4. O recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, será realizado pelo gestor do contrato.
      1. O gestor do contrato analisará os relatórios e toda documentação apresentada pela fiscalização técnica e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicará as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções.
      2. O gestor emitirá termo circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentação apresentados, e comunicará a CONTRATADA para que emita a Nota Fiscal ou Fatura com o valor exato dimensionado pela fiscalização.
   5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.
2. **DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**
   1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666 de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:
      1. Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
      2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;
      3. Falhar ou fraudar na execução do contrato;
      4. Comportar-se de modo inidôneo; e
      5. Cometer fraude fiscal.
   2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:
      1. **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;
      2. **Multa de**:
         1. 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
         2. 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima ou de inexecução parcial da obrigação assumida;
         3. 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;
         4. 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor do contrato, conforme detalhamento constante das **tabelas 1 e 2** abaixo; e
         5. 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia, caso exigida (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;
         6. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.
      3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
      4. Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;
      5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;
   3. As sanções previstas nos subitens 18.2.1, 18.2.3, 18.2.4 e 18.2.5 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.
   4. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

**Tabela 1**

|  |  |
| --- | --- |
| **GRAU** | **CORRESPONDÊNCIA** |
| 1 | 0,2% ao dia sobre o valor do contrato |
| 2 | 0,4% ao dia sobre o valor do contrato |
| 3 | 0,8% ao dia sobre o valor do contrato |
| 4 | 1,6% ao dia sobre o valor do contrato |
| 5 | 3,2% ao dia sobre o valor do contrato |

**Tabela 2**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **INFRAÇÃO** | | |
| **ITEM** | **DESCRIÇÃO** | **GRAU** |
| 1 | Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou conseqüências letais, por ocorrência; | 05 |
| 2 | Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento; | 04 |
| 3 | Servir-se de funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia; | 03 |
| 4 | Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia; | 02 |
| **Para os itens a seguir, deixar de:** | | |
| 5 | Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência; | 02 |
| 6 | Substituir empregado alocado que não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia; | 01 |
| 7 | Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência; | 03 |
| 8 | Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato; | 01 |
| 9 | Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA | 01 |

* 1. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:
     1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
     2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
     3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
  2. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.
  3. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
  4. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

Rio de Janeiro, 07 de Janeiro de 2019

Diego Machado do Nascimento

Engenheiro Eletricista

Siape:2226820